

'Estão enganando a opinião pública'

Da sucursal de
BRASÍLIA

As autoridades econômicas estão enganando a opinião pública ao se negarem a admitir que a verdadeira causa do déficit público é a dívida interna pública, que para ser rolada este ano exigirá desembolsos do Tesouro de Cr\$ 15 trilhões (US\$ 30 bilhões), pois o governo está pagando aos aplicadores correção monetária plena e juros reais de 40% ao ano. O pacote junino, assim, tende ao fracasso, porque não está considerando essa questão essencial e crucial da economia brasileira, que só será combatida eficazmente se houver ajuste drástico no mercado financeiro, alterando as regras atuais, previu ontem o economista Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília.

Só para se ter idéia do peso da dívida pública na formação do déficit, disse Décio Munhoz, basta considerar que o Cr\$ 1,5 trilhão correspondente à anunciada retirada do subsídio ao trigo representa somente 10% do valor do que o governo vai gastar para remunerar os seus títulos.

Por isso, Décio Garcia Munhoz propõe, como única saída para evitar o aprofundamento da recessão e do desemprego, o aumento da inflação e das taxas de juro e permitir um efetivo controle do déficit do balanço de pagamentos, a criação de títulos públicos especiais, com correção monetária baixa (25% ao ano), sem juros, como única opção para aplicações de curto ou curtíssimo prazo — encaixes de empresas, inclusive bancos e indivíduos de alta renda —, alterando dessa forma a sistemática atual, em que os títulos de curtíssimo prazo

são privilegiados com a correção monetária plena e juros de 40% reais.

As aplicações de médio e longo prazo, disse Décio Munhoz, continuariam resguardadas por remuneração próxima da inflação, mas sem a utilização das cartas de recompra que transformam em à vista títulos de qualquer prazo. Paralelamente, pregou, deveriam também ser controlados os mercados especulativos do ouro e do dólar, além da adaptação dos depósitos de poupança com regras compatíveis com o objetivo de separar o mercado de curto e curtíssimo prazo — com maior liquidez e menor remuneração — do mercado de médio e longo prazos — com maior remuneração e menor liquidez.

Tais medidas, se adotadas urgentemente, disse o professor da UnB, restabeleceria a confiança da sociedade no governo, pois eliminaria as distorções econômicas vigentes e lhe traria de volta a credibilidade do sistema econômico. Além disso, haveria a moralização do mercado financeiro e um freio na especulação generalizada.

A dívida pública interna mais os depósitos em poupança já representam, ressaltou o economista, em torno de 60% do total das poupanças captadas competitivamente no mercado, contra apenas 13% em 1970. Manter as atuais regras para girar a dívida interna é, denunciou, perpetuar as distorções e, acima de tudo, continuar enganando a opinião pública, fazendo-a pensar que as verdadeiras causas do déficit público são os gastos das empresas estatais, onde se pretende cortar Cr\$ 2,5 trilhões a Cr\$ 3 trilhões, e os subsídios, que deverão sofrer cortes entre Cr\$ 1,5 e Cr\$ 2 trilhões.

MISTIFICAÇÃO

Para provar que as autoridades estão mistificando as verdadeiras causas do déficit público, Décio Garcia Munhoz disse que a Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest) elaborou um orçamento das empresas do governo para este ano em que as receitas operacionais superaram aproximadamente Cr\$ 1,5 trilhão as despesas correntes (pessoal, encargos sociais, encargos financeiros, aquisição de bens e serviços etc). Vale dizer, ressaltou o professor, as empresas são superavitárias.

Somadas as receitas operacionais e outros recursos próprios, sobram quase Cr\$ 5 trilhões, mais que os investimentos previstos no ano, e cobrindo 70% das inversões mais amortizações de empréstimos. Qualquer analista, disse, diria que a situação das empresas do governo está excelente, excetuando as empresas em instalação, tais como Tubarão, Tucuruí, Acominas e Itaipu, ainda sem receitas.

O professor Décio Munhoz, insistindo em que existe mistificação ao esconder a causa real do déficit, lembra que as autoridades econômicas estão considerando como empresas estatais entidades voltadas para a pesquisa e levantamento estatístico (IBGE, Finep, Ipea); para a coordenação de planos de desenvolvimento e obras especiais (Sudene, Sudam, Sudesul, Sudeco, Sudepe, Suframa, Denocs, DNOS); para pesquisa agrícola (Embrapa e Embraer); para planejamento do transporte (Gelpot e EBTU); para saúde pública (Fundação Saúde Pública, Inan, Pioneiras Sociais, Fundação Osvaldo Cruz), e as fundações Getúlio Vargas e Petrônio Portella.